



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

OF/CTL/CC nº 224/2012

Curitiba, 09 de janeiro de 2012



PROPOSIÇÃO VETO Nº 004/12.

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 23/01/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 297/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 718/2011, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

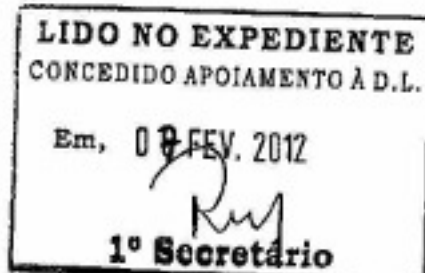
O Projeto de Lei nº 718/2011, de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli, tem por escopo alterar a redação do art. 3º, da Lei nº 15.789, de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação, nos municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Pato Branco, Guarapuava, São José dos Pinhais, Francisco Beltrão, Toledo, Umuarama, Andirá e Apucarana.

Primeiramente, cumpre salientar que a alteração pretendida trará sérios prejuízos à arrecadação do Estado, com a ampliação do leque de municípios onde a redução da base de cálculo do imposto se espalhará. A inclusão de São José dos Pinhais, onde se encontra localizado o Aeroporto Internacional Afonso Pena, representa, de forma subestimada, cerca de 90% dos abastecimentos com QAV (querosene de aviação) no Estado.

Ainda, de acordo com a Informação IGF/GAB nº 001/2012, exarada pela Secretaria de Estado da Fazenda, se o Projeto de Lei em comento vier a tornar-se norma definitiva, a arrecadação mensal de ICMS do QAV, que atualmente é de R\$ 4.114.800,00, passará a ser de R\$ 421.200,00. Logo, vislumbra-se uma **PERDA MENSAL** estimada em R\$ 3.693.600,00 em relação à arrecadação atual.

Diante disso, significa que o Estado terá de abrir mão de **R\$ 44.323.200,00 de sua arrecadação anual.**

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.nº 11.353.755-8





Ademais, com a ampliação do rol de municípios onde se concede a redução da base de cálculo, acrescentando-se Pato Branco, Guarapuava, São José dos Pinhais, Francisco Beltrão, Toledo, Umuarama, Andirá e Apucarana, pela representatividade de São José dos Pinhais, praticamente equivaleria a conceder isenção do ICMS nos abastecimentos do QAV no Estado. Isso colocaria o Paraná em evidência na questão da Guerra Fiscal e certamente outras unidades da federação poderiam intentar ações judiciais contra a legislação paranaense que viria a ser implementada, criando-se ambiente desfavorável de Incerteza jurídica.

Outrossim, nos municípios acrescentados, não há vôos regulares de aviação comercial, exceto no Aeroporto Internacional Afonso Pena de São José dos Pinhais, onde se concentra o maior volume de operações, com as grandes companhias nacionais e algumas internacionais. Assim, o benefício concedido seria ilógico, irracional e contra os interesses do Paraná, pois não condiciona nenhum tipo de retorno ou de compensação em termos econômicos que pudessem justificar a queda de arrecadação como antes se demonstrou.

Como dito, cerca de 90% dos abastecimentos de QAV no Estado são feitos no Município de São José dos Pinhais. Ainda, a ampliação ora pretendida parece contrariar frontalmente o espírito do Projeto de Lei, que almeja incrementar a aviação regional e incentivar o consumidor paranaense. Ressalte-se que a inclusão de Foz do Iguaçu no rol dos municípios beneficiados pela lei 15.789, de 3/3/2008, que concedeu a redução na base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene ou combustível para aviação, e mesmo após a redução de alíquotas para 12%, com a edição da lei 16.370/99, os preços das passagens aéreas não tiveram redução, especialmente no trecho Curitiba - Foz do Iguaçu, ainda hoje proibitivos à maioria dos consumidores.

Assim, entendemos que por ser contrário ao interesse público, o presente Projeto de Lei deve ser vetado, uma vez que beneficiar companhias aéreas nacionais ou internacionais com recursos do tesouro do Estado sem qualquer contrapartida é um enorme contrassenso.

Por fim, insta salientar que o Projeto de Lei em comento possui flagrante ilegalidade, pois este não observa as determinações impostas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), a qual dispõe sobre as normas de finanças públicas, voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

De acordo com aquele diploma legal, a renúncia de receita deve estar acompanhada, tanto da demonstração de que já foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, como de medidas de compensação, o que foi observado no Anteprojeto apresentado.

Desta forma, pode ser verificado que além de obedecer aos requisitos constantes do caput do artigo 14 – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos



dois seguintes, a renúncia de receita só poderá ocorrer em uma das seguintes situações:

a) Se o montante da receita objeto de concessão do benefício fiscal não estiver computado no total das Receitas previstas para o exercício a que se refere (e para os demais onde produzirá efeitos).

b) Mediante a implementação prévia de medidas de compensação (que redundem em acréscimo de receita ao Ente Político: majoração de alíquota, de base de cálculo, ampliação da sujeição passiva, revogação de benefícios fiscais, etc.) AS medidas de compensação serão exigíveis quando o valor decorrente da renúncia (ante a concessão de benefício fiscal) estiver contido no cálculo geral das receitas previstas para o exercício em que for implantado o benefício".¹

Portanto, o objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal é que, no quando da elaboração da Lei de diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, sejam indicados precisamente quais os fatores considerados na estimativa de receita, as renúncias de receita previstas, e as eventuais medidas de compensação, caso sejam necessárias.

Exige-se, por conseguinte, quando da elaboração das leis orçamentárias, a demonstração clara que, não obstante as renúncias de receitas previstas, será possível atingir o montante de receita estimada na LDO e na LOA, ou alternativamente, que se atingirá tal montante de receita estimada em virtude da adoção de determinadas medidas de compensação.

No caso, não se vislumbra na proposta de lei em foco o atendimento dos requisitos elencados na Lei de responsabilidade fiscal. Não foi indicada qualquer medida compensatória concreta para a renúncia da receita decorrente da isenção pretendida.

Tão patente é a ilegalidade do Projeto de Lei nº726/2011 que o §2º do art. 14 da Lei Orçamentária nº 101/200 dispõe que *"se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício que se trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso."*

Ou seja, mesmo que o referido Projeto de Lei fosse sancionado, tomar-se-ia uma Lei inócua, uma vez que a ampliação do benefício de redução de base de cálculo a operações relativas à querosene combustível para aviação em outros municípios paranaenses somente poderia ser implementada, com a própria entrada em vigor da lei, após a adoção pela administração pública de medidas compensatórias da perda de receita.

Isto posto, são esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL



Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência
meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO



Projeto de Lei nº 718/11

(Autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli)

Altera a redação do art. 3º, da Lei nº 15.789, de 03/03/2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene e gasolina combustível para aviação, com o escopo de ampliar os municípios beneficiados.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

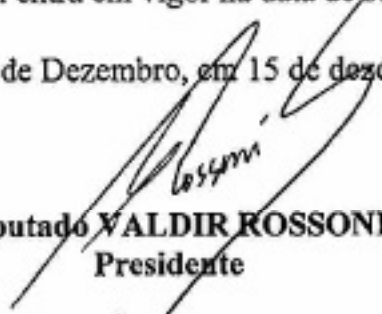
DECRETA:

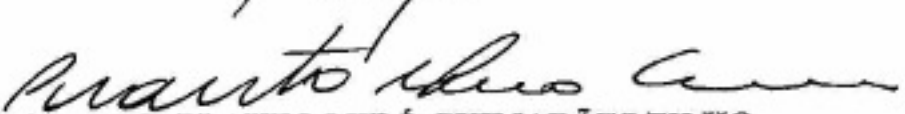
Art. 1º O art. 3º, da Lei nº 15.789, de 03 de março de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A presente Lei se aplicará às operações com os mencionados produtos nos Municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Pato Branco, Guarapuava, São José dos Pinhais, Francisco Beltrão, Toledo, Umuarama, Andirá e Apucarana.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 15 de dezembro de 2011.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado REINHOLD STEPHANES JUNIOR
3º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 004/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 004/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 224/12

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 718/2011, de autoria do Deputado Bernardo Carli, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 15.789 de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação com o escopo de ampliar os Municípios beneficiados.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

\ O projeto de lei nº 718/11, de autoria do Deputado Bernardo Carli que, altera a redação do art. 3º da Lei nº. 15.789 de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação com o escopo de ampliar os Municípios beneficiados, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo contrário ao interesse público.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 718/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **20 de dezembro de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 004/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **09 de janeiro de 2012**, sendo desta maneira tempestiva.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

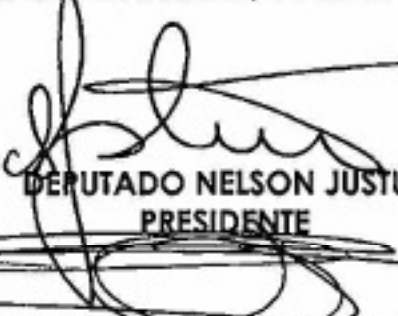
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

req.01



REQUERIMENTO

*Requer a retirada por 10 sessões da
Proposição 004/12, veto aposto ao
Projeto de Lei nº 718/11, item 07 da
presente Ordem do Dia.*

Senhor Presidente:

OS Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais requerem, após ouvido o douto plenário, a **retirada por 10 sessões** da Proposição 004/12, veto ao Projeto de Lei 718/11, item 07 da presente ordem do dia.

Sala das Sessões em, 06 de março de 2012.

Deputado Estadual

WELTER

TRAIANO

*Anota-se a
junta na
posição de
referência*

Marcelo Ribeiro Borges
Diretor Legislativo



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 196/11

Altera o art. 27, da Lei nº 13.806, de 30 de setembro de 2002.

Art. 1º Fica alterado o art. 27, da Lei nº 13.806, de 30 de setembro de 2002, que passará a contar com a seguinte redação:

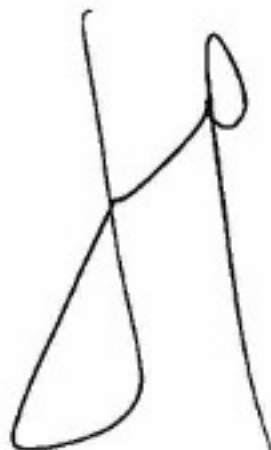

"Art. 27. O Sistema de Monitoramento da Qualidade do Ar e das Condições Meteorológicas deverá ser implementado, prioritariamente, nas regiões ou localidades com maior concentração de fontes móveis ou estacionárias de poluição atmosférica e avaliar as concentrações dos poluentes cujos efeitos potenciais possam afetar significativamente a qualidade do ar.

§ 1º O monitoramento da qualidade do ar deverá adotar medidas de amostragem e análise normatizadas, que possibilitem a comparação dos resultados assim obtidos com os padrões vigentes.

§ 2º Fica assegurado a toda população, acesso a acompanhamento do sistema de gerenciamento da qualidade do ar do Estado do Paraná, que deverá disponibilizar diariamente a concentração de gases e particulados medidos pelas estações automáticas de monitoramento para os poluentes amostrados, tais como O₃, SO₂, NO₂, CO, PTS, PI e fumaça. Para as estações manuais, os valores de concentração de poluentes amostrados devem ser disponibilizados através de médias diárias em relatório único".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

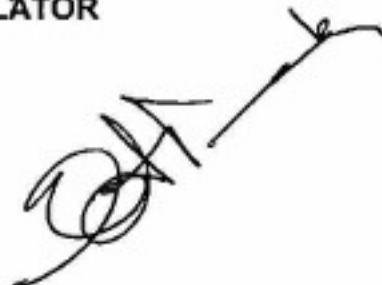
Sala das Comissões, 21 de março de 2012.

A large, stylized handwritten signature, possibly reading 'H', is written to the left of the official stamp.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR

A handwritten signature is written below the official stamp.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 570/11

Dispõe sobre a prevenção e o combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a prevenção e o combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor, com a finalidade de prevenir e combater doenças associadas à exposição e à radiação solar.

Art. 2º A prevenção e o combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor têm com diretrizes:

I – o estabelecimento de ações permanentes e articuladas entre entes públicos e privados voltadas à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento de doenças associadas à exposição solar no ambiente de trabalho do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor;

II – o estabelecimento de parcerias com empresas e entidades para pesquisa, produção e fornecimento de meios protetivos ao trabalhador rural, ao pescador e ao aquicultor.

Art. 3º A prevenção e o controle às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor orientam-se pelos seguintes objetivos:

I – dotar a rede de saúde e demais serviços públicos dos meios necessários para acompanhar a exposição da população a fatores de risco, para realizar a prevenção, o controle e o tratamento de doenças decorrentes da exposição solar;

II – contribuir para a existência de uma cultura de utilização de protetores solares;

III – estimular a população a realizar exames especializados para detecção de câncer e de outras enfermidades de pele; e

IV – promover campanhas educativas que visem ao esclarecimento da população rural sobre os cuidados e procedimentos a serem adotados quando em atividade exposta ao sol;

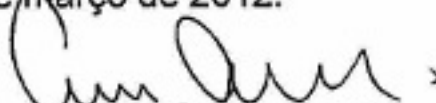
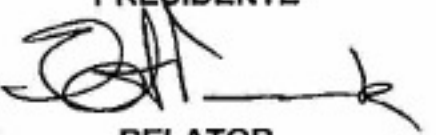
V – promover campanhas educativas que visem ao esclarecimento dos trabalhadores rurais, dos pescadores e dos aquicultores sobre os cuidados e procedimentos a serem adotados quando em atividades expostas ao sol.

Art. 4º Os demais órgãos públicos, especialmente da área de assistência técnica e extensão rural, poderão dotar-se dos princípios, dos objetivos, das ações e dos serviços decorrentes desta Lei.

Art. 5º Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de março de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE LEI Nº

396/11

D. L.

Fls. 02

10

LIDO NO EXPEDIENTE

CONCEDIDO APOIAMENTO

Em, 16 MAIO 2011

1º Secretário

EMENTA: OBRIGA OS HOTÉIS, MOTÉIS, PENSÕES E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES A AFIXAREM CARTAZ COM AS EXIGÊNCIAS LEGAIS PARA HOSPEDAGEM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Art. 1º Os hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos congêneres, instalados no Estado do Paraná, ficam obrigados a afixarem em suas portarias, em locais de fácil visibilidade, cartazes com advertência sobre a hospedagem de crianças ou adolescentes.

Art. 2º Os cartazes, com dimensões mínimas de quarenta centímetros de comprimento por trinta centímetros de largura, deverão conter a seguinte inscrição.

É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável. (art. 82 da Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 3º O descumprimento desta Lei sujeitará o estabelecimento infrator a multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), aplicada em dobro nas reincidências.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

DR. BATISTA
Deputado Estadual

ASSESSORIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa os hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos congêneres, do Estado do Paraná, ficam obrigados a afixarem em suas portarias, em locais de fácil visibilidade, cartazes com advertência sobre a hospedagem de crianças ou adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente deixa muito claro, no seu art. 82, a proibição de os hotéis, motéis e similares hospedarem crianças ou adolescentes, isto é, pessoas com menos de dezoito anos, sem que estas estejam acompanhadas por seus pais ou responsáveis, ou por eles devidamente autorizados. As razões para isto são muitas, e vão desde a fuga ou rapto de jovens, até a cada dia mais comum prostituição infanto-juvenil.

O mesmo Estatuto comina, aos estabelecimento infratores, pena de multa de dez a cinquenta salários de referência, e, em caso de reincidência, podendo até mesmo chegar ao fechamento por quinze dias. É uma falta grave.

A o pretendermos obrigar tais estabelecimentos a manterem cartaz alertando para a vedação legal imposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pretendemos disseminar esse importante alerta, não apenas para pais e jovens, mas também entre os próprios empregados responsáveis pela entrada de hóspedes, que não poderão jamais alegar desconhecimento da lei.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente propositura.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO ANIBAL KHURY
Gabinete Deputado Alexandre Curi



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI 396/11

Projeto de Lei nº 396/11

Autor: Deputado Dr. Batista

PREFÁCIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, tem por objetivo obrigar hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos congêneres a afixar cartaz com as exigências legais para hospedagem de crianças e adolescentes.

EMBASAMENTO JURÍDICO

Verifica-se que o projeto em análise visa proteger pessoas com menos de dezoito anos, sem que estas estejam acompanhadas por seus pais ou responsáveis, ou por eles devidamente autorizados.

Não sendo matéria de competência exclusiva da União, e sim concomitante com Estados e Distrito Federal, segundo artigo 24 da Constituição Federal, e diante de inexistência de legislação federal disciplinando o assunto tratado, o Estado possui a competência para legislar. A Constituição Estadual estabelece:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao

Governador do Estado, ao Presidente do tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, tendo em vista a **CONSTITUCIONALIDADE** apresentada pelo projeto de lei em análise, opinamos pela **APROVAÇÃO**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE



DEPUTADO ALEXANDRE GURI

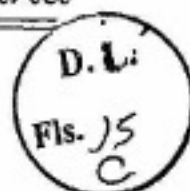
RELATOR





COMISSÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 396/11



Projeto de Lei nº 396/11

Autor: Deputado Dr. BATISTA

OBJETIVO:

O Projeto de Lei 396/2011, de autoria do Deputado Dr. BATISTA tem como objetivo tornar obrigatório aos hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos congêneres a afixar cartaz contendo as exigências legais no que se refere a hospedagem de crianças e adolescentes.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O artigo 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente diz: **"Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente"**.

E o artigo 2º, afirma: **"Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e, adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade"**.

E a afirmação do artigo 5º: **"Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais"**.

PARECER

Considerando ser dever da Assembléia Legislativa e de seus componentes legislar e fazer respeitar a legislação sobre a criança e ao adolescente, principalmente sobre as questões de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 16
C

A obrigação de hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos congêneres de não receber crianças e adolescentes que não sejam em companhia de seus pais, já existe em lei e o artigo 227 da CF fala sobre o dever de tutela do Estado com as crianças e os adolescentes e que abrange o que o Direito Constitucional chama de **proteção especial para elas**.

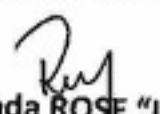
Porém, como o presente projeto obriga a confecção e fixação de cartazes contendo a proibição prevista na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 – Estatuto da criança e do Adolescente.

O Projeto do nobre deputado Dr. BATISTA, garantirá legislação para que se concretize o ato de pleno e formal conhecimento da atribuição por ocasião de existência de ato infracional.


Diante do exposto, somos de parecer **FÁVORÁVEL** que o Projeto de Lei nº 396/2011, de autoria do nobre Deputado DR. BATISTA, tenha tramitação normal.

É o Parecer.


Sala das Comissões, em 31 de maio de 2011.



Deputada ROSE "LITRO"

Presidente


Deputada CANTORA MARA LIMA

Relatora


ANÍBAL NETO


GETON WELTON


MARA TURCK



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ



1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 396/2011

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Nobre Deputado Dr. Batista, visa obrigar estabelecimentos de hospedagem a afixar cartaz com as exigências legais no que se refere a hospedagem de crianças e adolescentes.

FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria, em nada podemos oferecer óbice, pois trata-se de interesse público, e visa assegurar direitos das crianças e adolescentes conforme preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda a proposição do Nobre Deputado Dr. Batista obteve pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

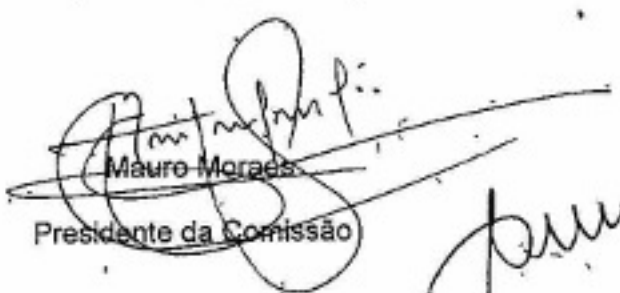
Esta Comissão chamada a se manifestar em relação ao projeto, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua Art. 33, §9º, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que compete manifestar em questões como as referentes à ordem e a Segurança Pública. Verifica-se ainda, por esta comissão, que não há nenhum óbice quanto sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, opinamos FAVORAVELMENTE ao projeto de Lei, bem como seu envio ao Douto Plenário desta Casa, para devida decisão Final.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 20 de Julho de 2011.

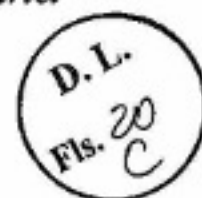

Mauro Moraes
Presidente da Comissão


Elio Rusch
Relator





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 396/2011

Projeto de Lei nº. 396/2011

Autor: Deputado Doutor Batista.

Súmula: Obriga os hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos congêneres a afixarem cartaz com as exigências legais para hospedagem de crianças e adolescentes.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Doutor Batista, tem por objetivo obrigar os hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos similares a afixarem cartazes com as exigências legais para hospedagem de crianças e adolescentes, estabelecendo regras no que se refere ao tamanho e texto dos cartazes e estipulando multa para estabelecimentos infratores.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 24/05/2011, tendo como relator o Deputado Alexandre Curi e da Comissão dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso no dia 31/05/2011, tendo como relatora a Deputada Cantora Mara Lima, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, em seu artigo 82 que "é proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsáveis". Tal legislação vem no sentido de proteger a criança ou adolescente, evitando abusos por parte de pessoas má intencionadas.

A medida proposta pelo nobre Deputado Doutor Batista é louvável, visando dar ampla divulgação à Lei Federal de proteção à criança e ao adolescente. Tal medida se faz necessária,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo


D. L.
Fls. 21
C


uma vez que boa parte da população desconhece esse tipo de legislação, incluindo muitas vezes os pais, filhos ou os próprios funcionários de hotéis ou similares, o que faz com que se possibilite uma oportunidade de descumprimento da legislação. O Projeto não trata de fiscalização ou punição, mas apenas de informação e esclarecimento à população sobre o conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente.



Cabe ressaltar que apesar de simples, tal medida vem no sentido de prevenir crimes contra a criança e o adolescente e até mesmo a exploração do turismo sexual, esclarecendo à população as exigências para esse tipo de hospedagem.

Diante do exposto, constatamos que o projeto em análise é de extrema importância para assegurar a divulgação das determinações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2011.


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente


DEPUTADO PROFESSOR LEMOS
Relator



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 396/11

AUTOR: DEPUTADO DR. BATISTA.

RELATOR: DUÍLIO GENARI

SÚMULA: obriga os hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos congêneres a afixarem cartaz com as exigências legais para hospedagem de crianças e adolescentes.

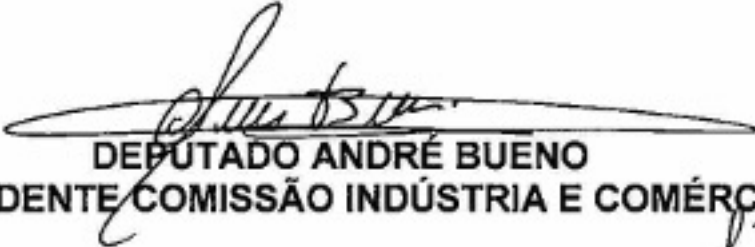
JUSTIFICATIVA

O presente projeto visa proteger menores, sem que estas estejam acompanhadas por seus pais ou responsáveis.

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, tendo em vista a Constitucionalidade, opinamos pelo parecer FAVORÁVEL.

Sala das Reuniões, 14 de março de 2012.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO


DEPUTADO DUÍLIO GENARI
RELATOR

reun
Tommas





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná D. L.

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 637/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 16 AGO. 2011

Nereu Moura
2º Secretário

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública
Estadual- A ACAFAN- Associação
Cafelandense de Apoio às Famílias
Necessitadas.

DECRETA:

Art.1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, a Associação Cafelandense de Apoio às Famílias Necessitadas, A ACAFAN- com sede e foro no Município de Cafelândia – Estado do Paraná- na Rua Padre Luize, nº 529.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Curitiba/PR, 15 de agosto de 2011

Nereu Moura
NEREU MOURA
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná D. L.

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

Fls. 03

Justificativa: O presente Projeto de Lei tem por objetivo geral dar apoio às crianças, gestantes e mães lactentes nas comunidades mais carentes. A orientação da manutenção de um banco de dados sobre a situação da criança, da mulher e da família.

A formação cristã, humana e profissional de líderes comunitários das áreas mais pobres, estimulando-as a assumirem integralmente suas responsabilidades com a família e a comunidade.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 637/2011

Projeto de Lei nº. 637/2011
Autor: Deputado Estadual Nereu Moura

Súmula: Declara de Utilidade Pública a –
ACAFAN - Associação Cafelandense de Apoio
às Famílias Necessitadas, com sede e foro no
Município de Cafelândia – Estado do Paraná.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Nereu Moura, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a –
ACAFAN - Associação Cafelandense de Apoio às Famílias Necessitadas, com sede e foro no Município de Cafelândia – Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

X – declaração de utilidade pública de associações civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Contudo, a entidade tem seu foro no Município de Corbélia - PR, tendo em vista que Cafelândia é Distrito, tomando-se necessária a Emenda Modificativa para corrigir o foro do presente Projeto de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 13 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



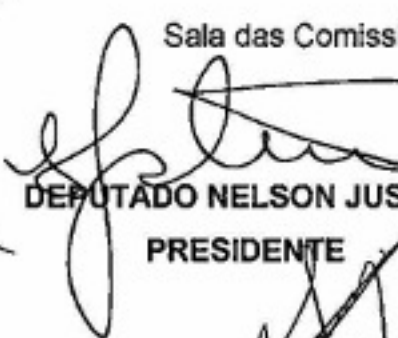
EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 637/11


Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

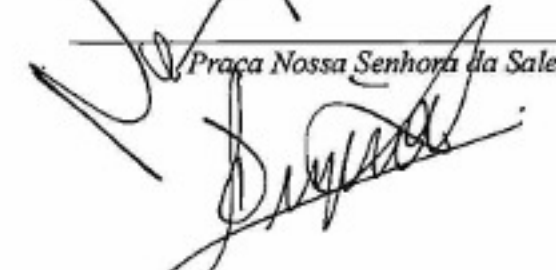
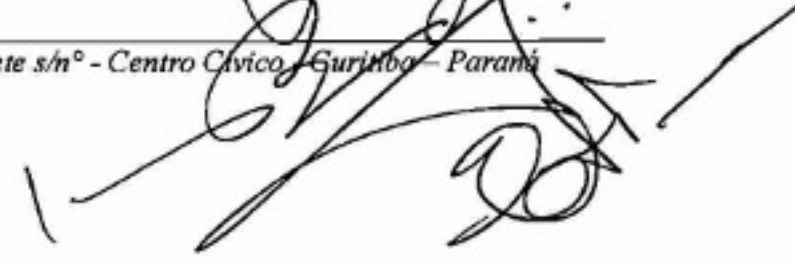
"Súmula: Declara de Utilidade Pública a – **ACAFAN - Associação Cafelandense de Apoio às Famílias Necessitadas**, com sede no Município de Cafelândia e foro no Município de Corbélia – Estado do Paraná".

"Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a **Associação Cafelandense de Apoio às Famílias Necessitadas**, a **ACAFAN**, com sede no Município de Cafelândia e foro no Município de Corbélia – Estado do Paraná – NA Rua Padre Luize, nº 529".

Sala das Comissões, em 13 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Kfury

PROJETO DE LEI Nº 935/11

D. L.
Fls. 02

LIDO NO EXPERIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 30 NOV. 2011

[Assinatura]
1º Secretário

SÚMULA: Fica declarada de utilidade pública estadual o Instituto Maíra de Pesquisa, Educação e Saúde IMPES, com sede em Cianorte.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual Instituto Maíra de Pesquisa, Educação e Saúde IMPES, com sede no município de Cianorte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 28 de novembro de 2011.

[Assinatura]
JONAS GUIMARÃES

Deputado Estadual

14:37 30/11/2011 805723 MP 15346131 UESB01.19 00 1904



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Kfury

JUSTIFICATIVA

D. L.

Fls. 03

A associação presta serviços de saúde voltado ao atendimento de pessoas carentes de Cianorte e Região, além, de atividades voltadas à prevenção e campanhas educativas.

O trabalho é realizado através de ações de orientação através de palestras, vídeos e ações educativas em escolas e colégios.

A associação também desenvolve trabalho na área de educação, com vários projetos junto à comunidade e escolas públicas, além de projetos de pesquisa na área médica.

Portanto, a declaração de utilidade pública estadual terá uma grande importância para o desenvolvimento das ações da associação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 935/2011

Projeto de Lei nº. 935/2011

Autor: Deputado Estadual Jonas Guimarães

Súmula: *Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Mafra de Pesquisas, Educação e Saúde IMPES, com sede e Foro no Município de Cianorte.*

EMENTA: **DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS – ILEGALIDADE - PARECER CONTRÁRIO.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Jonas Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Instituto Mafra de Pesquisas, Educação e Saúde IMPES**, com sede e Foro no Município de Cianorte, no Estado do Paraná.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

X – declaração de utilidade pública de associações civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição, embora seja uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social e a saúde, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

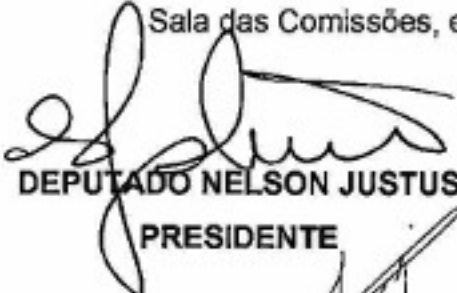
Fls. 55

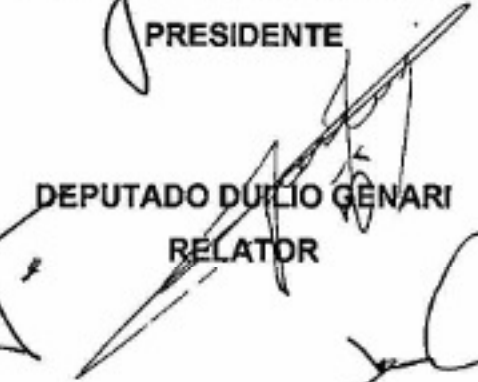
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

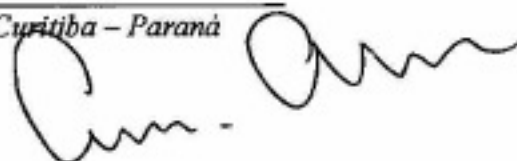
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 13 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR





ANTEPROJETO DE LEI N.º 065/2012

Súmula: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 1.º Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n.º 17.012, de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 18.324.209,00 (dezoito milhões, trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e nove reais), conforme anexo I desta Lei.


Art. 2.º Servirá como recurso para cobertura do crédito especial de que trata o artigo 1.º desta Lei, igual importância, proveniente de excesso de arrecadação de convênio não previsto.

Art. 3.º Em decorrência do contido no artigo 1.º e 2.º desta Lei, fica alterado o Demonstrativo de Receita, conforme o anexo II.

Art. 4.º De acordo com contido no artigo 1.º, fica criado o Programa de Obras da dotação orçamentária 7704.26785184.303 – Gestão do Plano de Fomento Municipal – conforme anexo III.

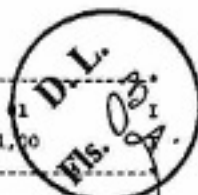
Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de fevereiro de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

I SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I				Fl. 01
I DE DESPESA		ANEXO A LEI Nº				R\$ 1,00
I	I	I Natureza	I	I	I	I N.do
I Cód.	I Especificação	I da	IPontel	Gr.	IALOI	I Proc
I	I	I Despesa	I	IPontel	I	I COP
I 7700	I SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	I	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I	I
I 7704	I DEPARTAMENTO DE FOMENTO MUNICIPAL PARA AÇÕES DE	I	I	I	I	I
I	I INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	I	I	I	I	I
I 4303	I GESTÃO DO PLANO DE FOMENTO MUNICIPAL	I 44905100	I 107	I 09	I L	I 18.324.209 I 0067 I
Total						I 18.324.209 I



I ACRÉSCIMO		ANEXO II		Pl. 02		I
I RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO A LEI N°		R\$ 1,00		I
I	Código	I	Especificação	I	Posto	I Gr. I
I	I	I	I	I	PostoI	I
I 1761.98.00		I Outras Transferências de Convênios da União		I 107	I 09	I
				18.324.209		I 0067
				TOTAL		I 18.324.209



I SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO III			FL. 03	I
I DE CBRAS		ANEXO A LEI N°			R\$ 1,00	I
I Código I	Especificação	I Fonte I	Gr. I	Alto I	Valor	IProcessoI
I I		I	IFonteI	I		I I
I 7700 I	I SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	I	I	I I		I I
I I		I	I	I I		I I
I 7704 I	I DEPARTAMENTO DE FOMENTO MUNICIPAL PARA AÇÕES DE	I	I	I I		I I
I I	I INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	I	I	I I		I I
I 4303 I	I GESTÃO DO PLANO DE FOMENTO MUNICIPAL	I	I	I I		I I
I 915 I	I METROPOLITANA DE CURITIBA	I	I	I I		I I
I 0901 I	I Executar obras de infraestrutura para situação de I	I	I	I I		I I
I I	I emergência e calamidade pública no litoral.	I 107 I	I 09 I	I L I	18.324.209 I	I 0067 I
TOTAL		I Tes. I	I I	I L I	18.324.209 I	





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIPO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 MAR. 2012

Mauro
1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 28 de fevereiro de 2012
OF CEE/G 039/12

I – À DAP para feitura no expediente
II – À DL para providências.
Em, 28/03/2012

[Signature]
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 01/2012, relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva a aprovação de um crédito especial no valor de R\$ 18.324.209,00 (dezoito milhões, trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e nove reais) ao orçamento da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, aprovado pela Lei Estadual n.º 17.012, de 14 de dezembro de 2011, visando à criação do Programa de Obras, com a abertura do código de obra n.º 04, na dotação orçamentária 7704.26785184.303 – Gestão do Plano de Fomento Municipal – na rubrica de despesa 44905100 – Obras e instalações – e pela fonte 107 – Convênios com Órgãos Federais – com a finalidade de viabilizar a execução e conclusão de serviços previstos no plano de trabalho das obras feitas no litoral do Estado.

Atenciosamente,

[Signature]
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

Anejo

001077

14:03 05/03/2012 00:18:27 DP ASSUNTO: 11614 (MUN) DO 116330



MENSAGEM N.º 01/2012

Curitiba, 29 de fevereiro de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa de Leis, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva a aprovação de um crédito especial no valor de R\$ 18.324.209,00 (dezoito milhões, trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e nove reais) ao orçamento da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, aprovado pela Lei Estadual n.º 17.012, de 14 de dezembro de 2011, visando à criação do Programa de Obras, com a abertura do código de obra n.º 04, na dotação orçamentária 7704.26785184.303 – Gestão do Plano de Fomento Municipal – na rubrica de despesa 44905100 – Obras e instalações – e pela fonte 107 – Convênios com Órgãos Federais – com a finalidade de viabilizar a execução e conclusão de serviços previstos no plano de trabalho das obras feitas no litoral do Estado.

Ainda, cumpre informar que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação de convênio não previsto.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

lhph/clt prot. n.º 11.397.971-2



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER

Projeto de Lei nº. 065/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 001/12

Súmula: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011.

EMENTA: APROVA CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 18.324.209,00 AO ORÇAMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 41, 42 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ART. 14 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo aprovar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 18.324.209,00 (dezoito milhões, trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e nove reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, visando à criação do Programa de Obras, com a finalidade de viabilizar a execução e conclusão de serviços previstos no plano de trabalho das obras feitas no litoral do Estado.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, ressalta-se que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 18
[Assinatura]

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela, que objetiva aprovar a abertura de crédito especial, nos termos do artigo 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação, da despesa, até onde for possível. (grifos nossos)

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto

[Assinatura]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná D. L.
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Fls. 19

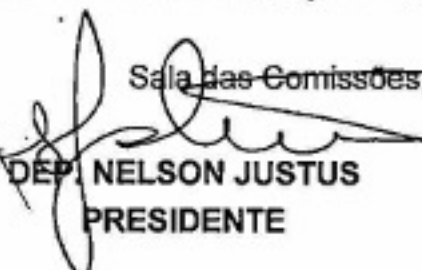
orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação de convênio não previsto.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

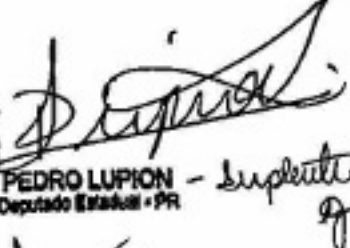
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 13 de março de 2012.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. ELIO RUSCH
RELATOR




PEDRO LUPION - Suplente
Deputado Estadual - PR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 065/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 01/12 que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$18.324.209,00 (dezoito milhões, trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e nove reais), ao orçamento da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Observe-se que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 24, incisos II, da Constituição Federal, onde constata-se a competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal. Saliento ainda, que os arts. 65, 133 e 134, da Constituição Estadual, asseguram a competência do Estado para propor matérias como a presente.

De igual modo, assevera o autor que servirá como recursos para cobertura do crédito especial proposto, igual importância, proveniente de excesso de arrecadação do convênio não previsto.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 21/03/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



REQUERIMIENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 21 MAR. 2012

1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a votação do Projeto de Lei 065/12, oriundo da Mensagem Governamental nº 001/12.

O Deputado que, o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douçto Plenário, "Regime de Urgência", para a tramitação do Projeto de Lei 065/12, oriundo da Mensagem Governamental nº 001/12 que dispõe sobre aprovação de Crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado: (viabilizar a execução e conclusão de serviços previstos no plano de trabalho das obras feitas no litoral do Estado)⁴

Sala das Sessões, em 21, de março de 2012.

Deputado Ademir Traiano
Líder do Governo

Acting as a
Judge in
the
Court

Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo

1. 1001573 009 050 001 10 11019 001 00 10000



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 065/12
Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 01/2012, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *“aprovar a abertura de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 18.324.209,00 (dezoito milhões, trezentos e vinte e quatro mil duzentos e nove reais), ao orçamento da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, visando à criação do Programa de Obras da dotação orçamentária 7704.26785184.303 – Gestão do Plano de Fomento Municipal – na rubrica de despesa 44905100 – Obras e instalações – Fonte 107 – Convênios com Órgãos Federais – com a finalidade de viabilizar a execução e conclusão de serviços no plano de trabalho das obras feitas no litoral do Estado.*

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2012, dispondo sobre ajuste no Orçamento do Estado.

Os recursos para cobertura da referida programação são provenientes de excesso de arrecadação de convênio não previsto, código 1761.99.00 – Outras Transferências de Convênios da União – Fonte 107.

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade.

A autorização legislativa para a abertura de crédito adicional especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:



"Art. 135 São vedados:

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

Assim como o Art. 43 da Lei 4.320/64 determina que para esses casos haja existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. Condições estas devidamente comprovadas no processo em comento, notadamente nos anexos I, II e III.


A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.


III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais, à abertura do crédito solicitado.

É o parecer.

Sala de Reunião das Comissões, em 26/03/12.


DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE


DEP. FRANCISCO BUHRER
RELATOR





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ANTEPROJETO DE LEI Nº 066/12.



EMENTA: 1. Cria a Vara de Execuções Penais do Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. 2. Transforma a Vara de Corregedoria dos Presídios do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba na 3ª Vara de Execuções Penais. 3. Atribui nova redação aos artigos 293 e 300 da Lei Estadual nº 14.277/2003.

Art. 1º O artigo 255 da Lei Estadual nº 14.277/ 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 255. Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, o seguinte:

(...)

IX – no Foro Regional de Piraquara:

a) a Vara de Execuções Penais."

Art. 2º O artigo 257 da Lei Estadual nº 14.277/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 257. Fica transformado no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba o seguinte:

(...)

d) a Vara de Corregedoria dos Presídios na 3ª Vara de Execuções Penais"

Art. 3º O art. 293 da Lei Estadual nº 14.277/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 293. A competência da execução penal e corregedoria dos presídios será fixada por resolução."

Art. 4º O art. 300 da Lei Estadual nº 14.277/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



"Art. 300. Os anexos abaixo relacionados fazem parte integrante desta Lei:

(...)

Anexo VIII - Jurisdição das Varas de Execuções Penais."

Art. 5º Fica criado um (1) cargo de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Regional de Piraquara.

Art. 6º Ficam alterados os Anexos IV, V, VIII e IX, Tabela 1 da Lei Estadual nº 14.277/2003.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por objetivo criar a Vara de Execuções Penais do Foro Regional de Piraquara e transformar a Vara de Corregedoria dos Presídios do Foro Central de Curitiba na 3ª Vara de Execuções Penais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, conforme proposição formulada no protocolo sob nº 2011.0248738-4/000.

Os problemas carcerários que se avolumam em ritmo crescente estão a exigir a adoção de medidas concretas, tanto no que diz respeito à ampliação e aperfeiçoamento da estrutura prisional do Estado, quanto à descentralização do sistema de execução de penas.

Corriqueiramente surgem notícias acerca das más condições em que vivem os apenados, denúncias sobre maus tratos circulam amplamente na mídia.

E cabe ao Juiz da Execução da pena, com a função de corregedoria do presídio, atuar como fiscal da execução da pena e defensor da lei e dos condenados, máxime quando observados os ditames do artigo 1º da Lei nº 7.210/84.

Nesse aspecto, mostra-se imprescindível a reestruturação proposta, com a criação de uma Vara de Execuções Penais do Foro Regional de Piraquara, cuja competência será fixada por Resolução.

Da mesma forma, a Vara de Corregedoria dos Presídios da capital, ao ser transformada em 3ª Vara de Execuções Penais, auxiliará, em muito, as outras duas Varas de execução penal já existentes na Capital, atuando nos feitos de sentenciados do sexo feminino, condenadas em regime fechado e semiaberto e ainda, na execução das medidas de segurança aplicadas aos homens e mulheres.

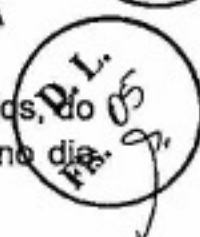
A presente proposição, além de manifestação favorável da douta Corregedoria-Geral da Justiça, contou com a aprovação da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, por unanimidade de votos, em sessão



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



realizada no dia 30/01/2012, e com aprovação, por unanimidade de votos, do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 10/02/2012.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta corresponde à criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Regional de Piraquara (custo anual aproximado de R\$ 321.000,00), bem como o preenchimento de cargos de analistas e de técnicos judiciários (custo anual aproximado de R\$ 602.000,00) para o desempenho das funções, cujos valores serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça e pelo orçamento do Fundo da Justiça, respectivamente.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 3º Quadrimestre de 2011, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,99% (três vírgula noventa e nove por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da citada Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do anteprojeto de lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que é parte integrante da mesma.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 066/11

Projeto de Lei nº. 066/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria a Vara de Execuções Penais do Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. 2. Transforma a Vara de Corregedoria dos presídios do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba na 3ª Vara de Execuções Penais. 3. Atribui nova redação aos artigos 293 e 300 da Lei Estadual n.º. 14.277/2003.

EMENTA: CRIAÇÃO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DO FORO REGIONAL DE PIRAQUARA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. TRANSFORMA A VARA DE CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA NA 3ª VARA DE EXECUÇÕES PENAIS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar alterar os artigos 293 e 300 da Lei Estadual n.º. 14.277/2003, sendo que o primeiro artigo citado passará a vigorar com a seguinte redação: "a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



competência da execução penal e da corregedoria dos presídios será fixada por resolução", e o segundo artigo citado passará a ficar com a seguinte redação: "Anexo VIII - Jurisdição das Varas de Execuções Penais". O presente Projeto também visa criar a Vara de Execuções Penais do Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e transformar a Vara da Corregedoria dos Presídios do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba na 3ª Vara de Execuções Penais.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

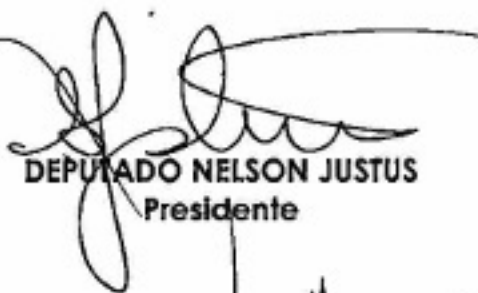


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 13 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO NEREU MOURA
Relator










ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 066/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça – Of. nº 219/12 que cria a Vara de Execuções Penais do Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Transforma a Vara da Corregedoria dos Presídios do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba na 3ª Vara de Execuções Penais. Atribui nova redação aos artigos 293 e 300 da Lei Estadual nº 14.277/03.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Deputado Nereu Moura analisou constitucionalmente e regimentalmente a matéria proferindo ao fim parecer favorável ao projeto de lei.

Na vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná e pelo orçamento do Fundo da Justiça.

Outrossim, consta-se que o impacto orçamentário-financeiro da presente proposta correspondente à criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Regional de Piraquara com custo anual aproximada de R\$ 321.000,00 (Trezentos e vinte e um mil reais), bem como o preenchimento de cargos de analista e de técnicos judiciários com custo anual aproximado de R\$ 602.000,00 (seiscentos e dois mil reais) para o desempenho das funções.

A proposta vem devidamente acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que possui adequação orçamentária e financeira com o

Feio 4



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Ante o exposto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21/03/12

ADEMIR BIER
Presidente

MARIA TURECK
Relatora



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



AO DOUTO PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. - - -

DESPACHO
ENCAMINHE-SE À PL PARA VERIFICAR
REQUISITOS.
DATA: 19 MAR 2012
PRESIDENTE:

*Autu...
Voto para
despacho*

*Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo*

A Deputada adiante assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, com fulcro no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vem apresentar de forma legítima e tempestiva **RECURSO AO PLENÁRIO** do **IMPROVIMENTO DO RECURSO** apresentado à Comissão de Constituição e Justiça do Parecer exarado pelo Nobre Deputado Estadual César Silvestre Filho sobre o **PROJETO DE LEI Nº 782/2011**, pelos motivos que passa a aduzir.

I - PRELIMINARMENTE

Dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá se manifestar sobre a constitucionalidade dos projetos apresentados.

Assim cabe demonstrar que, dentre as atribuições previstas no Regimento Interno, é de competência da Comissão de Constituição e Justiça, manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa.

Dessa atribuição regimental deve-se entender que a Comissão deverá observar se o Projeto de Lei se coaduna com a Constituição Federal e Estadual, bem como se harmoniza com ordenamento jurídico vigente.

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianant.org

14:45 19/03/2012 001472 DP ASSUNTO 1161500100 DO 13584



Vedando-se à CCJ, a apreciação do mérito dos projetos, uma vez que as discussões de mérito são de exclusiva atribuição do plenário desta Casa de Leis.

Diante de uma decisão desfavorável poderá o autor apresentar recurso do Parecer do relator, situação em que será designado novo relator e nova votação será realizada. Tendo mais uma vez um parecer aprovado de forma desfavorável, cabe, ainda, ao parlamentar, invocar o artigo 33-A § 3º do Regimento Interno, se insurgir e requerer uma nova apreciação desta vez do plenário da Assembleia.

Oportuno salientar que no caso em tela, normativas administrativas, como resoluções, atos administrativos e atribuições administrativas oriundas de lei não retiram o poder soberano de legislar do Poder Legislativo.

II – DOS FATOS E DOS PARECERES

A Deputada que a este subscreve apresentou Projeto de Lei que estabelece normas para a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas do Poder Executivo e Legislativo do Estado do Paraná e dá outras providências.

Apresentado o PL, o mesmo seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça, sendo designado o Deputado Relator Pastor Edson Praczyk.

Inicialmente o Projeto de Lei em tela recebeu parecer desfavorável. Para ilustrar o presente recurso trago alguns fundamentos do parecer inicial ao Projeto de Lei.

O Nobre Deputado Pastor Edson Praczyk em seu parecer arguiu que o Projeto de Lei é materialmente inconstitucional por existir lei que normatiza a publicidade, por já haver previsão constitucional de informação ao Tribunal de Contas e por violar o princípio da economicidade.

[assinatura]
Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



Apresentado Recurso na própria Comissão de Constituição e Justiça pelo artigo 33-A §2º do Regimento Interno, observando o prazo legal, foi designado como novo relator o Nobre Deputado Estadual César Silvestre Filho.

O novo relator acima citado manteve o parecer contrário e o projeto foi novamente rejeitado na data de treze de março de dois mil e doze (terça-feira).

A publicação no Diário Oficial do Estado se deu em dezesseis de março de dois mil e doze (sexta-feira), conforme documento em anexo.

Acontece, Excelências, que o presente Projeto de Lei deverá ser aprovado pelos fatos e razões a seguir:

III – DA APROVAÇÃO DO PRESENTE RECURSO

É inaplicável no presente caso a vedação constante no parecer exarado pelos relatores na Comissão de Constituição de Justiça.

Primeiramente, se faz necessário esclarecer que, a essência da proposição ora analisada é a informação direta e **“em tempo real”**, do custo de cada anúncio publicitário dos órgãos públicos, diferentemente da publicação dos atos públicos em meios oficiais, consagrado como princípio constitucional da publicidade e já normatizado em diversos diplomas legais.

Ora, de plano se discute a alegação que o presente projeto *“não poderá lograr êxito, por estar eivado de vícios de inconstitucionalidade, já que existem leis que normatizam a publicidade, como a Lei Estadual 14.603/04”*, explica-se:

A referida Lei Estadual reporta-se **apenas** aos atos dos poderes públicos do Estado do Paraná, para que estes respeitem o princípio da publicidade, sendo de fácil acesso a todos aqueles

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80532-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianaet.org



que se interessem em consultar os referidos atos e a sua publicação em diário oficial.

Doutrabanda, o presente projeto de lei disciplina em seu artigo 1º especificamente que, das publicidades não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades e servidores públicos do Estado.

O artigo 2º do referido projeto de lei, também segue na linha de especificidade, quando sugere que o custo de qualquer produção, veiculação e publicação de material publicitário seja divulgado independente do meio utilizado.

Em tempo, o § 1º do art. 2º, ainda disciplina que em determinadas formas de publicações deverão constar o CNPJ/CPF do responsável pela publicação assim como a tiragem.

Ou seja, os temas apresentados pelo presente Projeto de Lei n.º 782/2011 não estão contemplados na Lei Estadual 14.603/04, portanto não há que se falar que *"já que existem leis que normatizam a publicidade"* como alegado pelo relator!

Quanto as informações prestadas pelo Governador ao Tribunal de Contas da União, previstos constitucionalmente, estas não interferem no presente projeto de lei, uma vez que o Tribunal de Contas fará uma análise técnica dos gastos com publicidade no respectivo período.

Já o Projeto de Lei n.º 782/2011 pretende oferecer melhores informações de interesse público direto. A própria CRFB já estabelece, em seu art. 5º, inciso XXXIII, *que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.*

Aduzem ainda os relatores da CCJ que o projeto é *"materialmente inconstitucional por violar o princípio da economicidade"* *"acarretando assim custos adicionais ao erário estadual"*, o que não é verdade.

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Prça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP/80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianarafagnin.org

mas que foram favoráveis, 'sim', e os contrários, 'não'. Em votação.
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Sr. Deputados, 'não'.
DEPUTADO ELTON WELTER (PT): Votar 'sim', senhores.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossetti - PSDB): Encerrada a votação.
Bom trabalho o regime de urgência. [Votaram 'sim': Aníbal Neto, Elton Welter,
Elio Venti, Gilberto Ribeiro, Péricles de Mello, Paulo Miró, Professor Lemos, Ro-
berto Accioli, Tadeu Venari, Tarciso Wanderschoer (10 Deputados). Votaram 'não':
Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Biaz, Alexandre Curi, André Bueno,
Artáglio Júnior, Bernardo Ribes Carli, Caio Quintana, Cleiton Kielse, Dr. Batista,
Dulio Genari, Elio Rusch, Evandro Junior, Fernando Scanavacca, Francisco Bührer,
Hermes Brandão Júnior, Jovani Guimarães, Luiz Accorri, Luiz Eduardo Chelid,
Marcelo Rangel, Maria Tureck, Nelson Justus, Nelson Lucena,
Pastor Edson Paszyk, Pedro Lupion, Raulo Rodrigues, Raulo "Lito", Toruê Kato
e Waldy Puggioni (20 Deputados). Não votaram: César Silvestri Filho, Douglas
Fabricio, Gilson de Souza, Luciana Rafagnia, Mauro Moraes, Nereu Moura, Raul
Pereira e Stephano Júnior (08 Deputados).]

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PPS) (Pela ordem): Sr. Presidente, recebi
a informação agora a pouco, do requerimento que encaminhei à Mesa Executiva,
que requer envio de convite ao Sr. Fernando Brito, Diretor-Presidente da Eco-
casimtas, para que compareça à Assembleia Legislativa do Paraná, para prestar
clarecimentos sobre o auditorio realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do
Paraná, o qual indicou um faturamento de R\$ 175 milhões a mais do que o previsto.
Recebi a informação que a Mesa Executiva encaminhou esse requerimento para a
Comissão de Obras - a qual pediu - e vamos fazer o reunião nos próximos dias -
acredito que na segunda-feira - para que seja votado entre os Deputados. Peço o
apoio dos Parlamentares, para que possamos votá-lo na Comissão de Obras, para
que o Presidente da Eco-casimtas vá à Assembleia Legislativa prestar alguns
clarecimentos a essas Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossetti - PSDB): Este é o procedimento
para fortalecer as Comissões da Casa.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PPS) (Pela ordem): Eu agradeço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossetti - PSDB): Questão de ordem,
Deputado Cleiton Kielse.

DEPUTADO CLEITON KIELSE (PMDB): São dois assentos. Sr. Presidente:
Ontem, mandamos a justificativa da nossa falta, porque fomos convidados pelo
Governo do Estado e o representante do Governo, naquele momento era o Vice-
Governador, o companheiro Flávio Ares. Fomos a uma inauguração na Libertação
Campanha, que é o segundo maior assentamento de São Tomé do Estado, que
tem 1.200 famílias, com quase 3 mil pessoas e falamos em nome da Assembleia.
Por isso, a justificativa que não foi aceita ontem: fomos convidados pelo Governo
do Estado, a estarmos a 110 quilômetros do assento, junto com toda a estrutura da
Secretaria da Educação, inclusive com as aldeias indígenas, em Mosoca e Quaiçá,
também no Município de Origonópolis e Telhada Borba. Esses os motivos que me
levaram a justificar a nossa falta ontem. Chegamos quase meia noite em Casa. E
hoje, fomos votar e aconteceu o nosso voto na última votação, ao nosso amigo e
companheiro Augusto Mocelin Neto, merecido, como título de cidadão honorário,
para justificar a nossa presença em Plenário. Sem contar duas condições. Se não, amanhã
já vou aparecer como faltante no dia de ontem por causa desta inauguração off-line,
da maior e melhor escola Estadual do Interior do Estado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossetti - PSDB): Meu caro Deputado,
não posso fazer mudanças no acordo da Liderança. Só justifica-se a falta... Hoje
foi registrado o seu voto, se não pode ser registrado pessoalmente. Mas quanto
à justificativa de falta, há o acordo da Liderança, salvo haja mudanças, apenas
justifica-se a falta em viagem com o Governador.

DEPUTADO CLEITON KIELSE (PMDB): Com o Vice-Governador não há
condição? Mesmo ele estando representando o Governador?

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossetti - PSDB): Eu só sugiro a V. Exa.
que encaminhe aos Líderes, para que possam discutir essa questão em uma
próxima reunião. É um acordo firmado, não posso fugir disso. Espero a compreensão
de V. Exa., mas não posso fugir disso. Minha é uma boa sugestão de V. Exa., para
que a Comissão de Liderança a delibere. Eu me submeto a decisão das Srs. Líderes.
Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão, marcando-
se outra para segunda-feira, dia 19 de março, à hora regimental, com a seguinte
Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 379, 685, 871/11 e 988/12;
2ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 572, 632, 826/11 e do Projeto de Lei Comple-
mentar nº 731/11; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 656 e 698/11. "Levante-se e
votado". [Sessão encerrada às 16h40h, presidida, parcialmente pelo Deputado
Douglas Fabricio, tendo sido lavrada a presente Ata, para fins de publicação e
atendimento ao disposto no Art. 113 do Regimento Interno. Foram registradas, ao
longo da Sessão, as seguintes presenças: I. A pedido do Deputado Bernardo Ribes
Carli, dos Vereadores Adelir - Presidente da Câmara, e Vereador Reinaldo, ambos
do Município de Santa Maria do Oeste; II. A pedido do Deputado Ademir Biaz,
Vereador Jean Bogerri - Presidente da Câmara de Matinhos e Aldeias Marques -
Secretário do mesmo Município; Silvestri Cássia - Vice-Prefeita de Marochal
Cláudio Rondon e Secretária João Marcos Gomes e Nilson Hackman, do mesmo
Município, e do Sr. Joaquim - Vereador do Município de Goioerê; III. A pedido da
Deputada Maria Tureck, da Sra. Márcia Tureck - Secretária da Saúde de Campo
Mourão e do Sr. Laércio - Presidente do PSD e Vereador Olímpio, ambos do
Município de Aracruz; IV. A pedido do Deputado Valdir Rossetti, do Prefeito Pezé
e Vereador Paulo da Costa, do Município de Itaipó e Valdeia da Silva - Presidente
da Associação dos Moradores do bairro de Pimenta; V. A pedido do Deputado Elio
Rusch, dos Vereadores Filho Carmelito, Jelson Bezio e Valdeir Rabinstein,
do Município de Marilândia; VI. A pedido do Deputado Jovani Guimarães, dos
Vereadores Almir e Nilson, do Município de Terecinha do Oeste.]

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EXTRATO DA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SES- SÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA Transição de Projetos

Sessão Ordinária de dia 13 de Março de 2012

Deputados Presentes: Nelson Justus, Caio Quintana, Pedro Lupion, Hermes
Brandão Júnior, Nereu Moura, Pastor Edson Paszyk, Tadeu Venari, Alexandre
Curi, Evandro Junior, Dulio Genari, Fernando Scanavacca, Ademar Traiano e
César Silvestri Filho.

01 - PROJETO DE LEI nº 065/12 - Mensagem 01/2012

Autor: Poder Executivo

Aprova crédito especial, alterando a vigente orçamento geral do Estado, aprovado
pelo lei estadual nº 12.012, de 14 de dezembro de 2011.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

Parer: Favorável - aprovado.

02 - PROJETO DE LEI nº 066/12

Autor: Tribunal de Justiça

Cria o varo de exceção penal do foro regional de Piraquara da Comarca da
Região Metropolitana de Curitiba. 2. Transforma o varo de corregedoria das
presidências do foro central da comarca da Região Metropolitana de Curitiba no 3º
varo de exceção penal. 3. Altera a redação dos artigos 292 e 300 da lei
estadual nº 14.277/2003.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

Parer: Favorável - aprovado.

03 - PROJETO DE LEI nº 067/12

Autor: Tribunal de Justiça

Altera o art. 177: o § 1º do art. 178: o art. 208: o caput e o § do art. 209 da lei
estadual nº 14.277/2003 - Código de Organização e Divisão Judiciária e o art.
180 e o § 1º do artigo 181 da lei 16.024/2008.

RELATOR: DEP. CAIO QUINTANA

Parer: Adido pelo Relator.

04 - PROJETO DE LEI nº 068/12

Autor: Tribunal de Justiça

Altera a lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e
Divisão Judiciária do estado do Paraná, com a criação das comarcas das regiões
metropolitanas de Londrina e de Maringá, e adota outras providências.

RELATOR: DEP. HERMES BRANDÃO JÚNIOR

Parer: Concedida vista ao Deputado Evandro Junior.

05 - **RECURSO** PROJETO DE LEI nº 385/11

Autor: Dep. Luciana Rafagnia

Altera a Lei nº 16.341, de 18 de dezembro de 2009, e dá outras providências.
(ação).

NOVO RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURTI

Parer: Favorável - aprovada. Votaram os Deputados Nereu Moura e Ademar
Traiano.

06 - **RECURSO** PROJETO DE LEI nº 588/11

Autor: Dep. Professor Lemos

Dispõe sobre o Plano Sagra Anual no âmbito da Política do Estado do Paraná e
dá outras providências.

NOVO RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO

Parer: Contrário - aprovado. Votaram os Deputados Tadeu Venari.

07 - **RECURSO** PROJETO DE LEI nº 717/11

Autor: Dep. Professor Lemos

Proíbe o tratamento discriminatório às garantias que participam de concursos
públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e
indireta do Estado do Paraná.

NOVO RELATOR: DEP. TADEU VENERI

Parer: Concedida vista ao Deputado César Silvestri Filho da Voto em Sepa-
rado do Dep. Ademar Traiano.

08 - **RECURSO** PROJETO DE LEI nº 782/11

Autor: Dep. Luciana Rafagnia

Estabelece normas para a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e
compensar do poder executivo e legislativo do Estado do Paraná e dá outras
providências.

NOVO RELATOR: DEP. CESAR SILVESTRI FILHO

Parer: Contrário - aprovado.

09 - **RECURSO** PROJETO DE LEI nº 751/11

Autor: Dep. Péricles de Mello

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistema de vídeo e áudio nas
viaturas policiais do estado do Paraná.



Pergunta-se: Qual é o gasto a mais que órgão público terá em apenas informar nas publicidades o CNPJ/CPF e a tiragem na própria publicação?

Nenhum! Visto que, a novidade trazida pela presente proposta nada mais é do que a inclusão de uma pequena frase ao final de cada divulgação sobre serviços e campanhas dos poderes públicos, contendo os dados elencados no corpo deste projeto, ora em análise, sendo essencialmente referentes ao custo das publicações.

Ou seja, tão somente irá informar de uma melhor e mais transparente forma o uso do dinheiro público e ainda qual ente estará promovendo a referida publicidade.

O objetivo, da ora proponente, é de dar mais transparência às contas públicas, analogamente à legislação eleitoral, que obriga os candidatos a uma função pública eletiva, a divulgar os gastos com propaganda e campanhas publicitárias, devendo constar em cada panfleto, por exemplo, a tiragem e o valor do material.

IV - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e da clara necessidade de proteção aos cidadãos paranaenses, além do dever dos parlamentares em garantir instrumentos legais que promovam o direito a informação, deve o Projeto de Lei em tela prosperar, seguir seu trâmite ao ser considerado constitucional e legal.

É o que se solicita e se entende por justo e digno dessa Casa.

Sala das sessões, 19 de fevereiro de 2012.


LUCIANA RAFAGNIN
DEPUTADA ESTADUAL



PROJETO DE LEI Nº. 782/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 SET. 2011

1º Secretário

SÚMULA: Estabelece normas para a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas do Poder Executivo e Legislativo do Estado do Paraná e dá outras providências

Art. 1º - A Publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos do Estado.

Parágrafo Único - Para efeitos desta Lei consideram-se os Poderes Executivos Estadual e Municipais, os Poderes Legislativos Estadual e Municipais, Tribunal de Contas, Empresas Públicas da Administração Direta e Indireta e Sociedades sob o controle do Estado.

Art. 2º - O custo de produção, veiculação e publicação de qualquer material publicitário dos Órgãos Públicos do Estado do Paraná deverá ser divulgado, independente do órgão ou meio de comunicação utilizado.

§ 1º - Quando se tratar de jornais, panfletos, outdoors, banners, livretos ou anúncios avulsos, deverão constar o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do responsável pela confecção, bem como a tiragem das publicações.



§ 2º - Quando a publicidade for veiculada pela imprensa falada, televisionada e pela Internet, deverá, igualmente, ao final, ser informado o custo da mesma para os cofres públicos do Estado.

Art. 3º - Todos os gastos com publicidade e divulgação de comunicados oficiais ou publicações legais dos Órgãos Públicos, deverão ser informados, trimestralmente, à Assembleia Legislativa e Câmaras de Vereadores, com as seguintes especificações:

- I - órgão público responsável;
- II - objetivo da publicidade;
- III - veículo de comunicação utilizado;
- IV - empresa publicitária utilizada; e
- V - valor total do contrato, discriminado o custo da produção e da veiculação e tiragem.

Art. 4º - A infração ao disposto nos artigos anteriores implicará imediato ressarcimento, por parte do ordenador das despesas, devendo a Procuradoria-Geral do Estado e/ou a Procuradoria da Justiça desencadear o procedimento de cobrança dentro de 30 (trinta) dias, sob pena de falta funcional.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2011.


Luciana Rafagnin

Deputada Estadual – PT

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



JUSTIFICATIVA

A presente proposta pretende regulamentar o dispositivo constitucional previsto no §1º do art. 27 da Constituição do Paraná, que reproduz o §1º do art. 37 da Constituição Federal, que trata da publicidade dos órgãos públicos, assim, o projeto apresentado determina as diretrizes a serem seguidas pelo Poder Público quanto à publicidade e propaganda de seus atos, programas, obras, serviços e campanhas.

Analogamente à legislação eleitoral, que determina que os candidatos a uma função eletiva tenham seus gastos divulgados, o objetivo é ter cada vez mais transparência nas contas públicas, as quais devem ficar a disposição dos cidadãos para sua avaliação. Nesse contexto nada mais justo que vincular o mesmo teor de responsabilidade a todos os órgãos públicos do Estado e incluir o Poder Legislativo nesse processo é propiciar maior credibilidade aos seus gestores.

O Projeto não se encontra entre as propostas privativas ao Governador do Estado elencadas taxativamente no art. 66 da Constituição do Estado e não gera despesas ao orçamento, estando, portanto, apto à apreciação dos nobres pares.

Considerando que a transparência com relação ao uso e destino do dinheiro público possibilita maior clareza para a população sobre as ações do Poder Público é que esta Deputada solicita o apoio de todos os parlamentares ao presente projeto de lei.

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 782/2011

Projeto de Lei nº. 782/11
Autores: Deputada Luciana Rafagnin

Súmula: Estabelece normas para a Publicidade dos Atos, Programas, Obras, Serviços e Campanhas do Poder Executivo e Legislativo do Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. ESTABELECE NORMAS PARA A PUBLICIDADE DOS ATOS, PROGRAMAS, OBRAS, SERVIÇOS E CAMPANHAS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVOS DO ESTADO DO PARANÁ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. IMPOSSIBILIDADE. PARECER TÉCNICO DA SECRETARIA DA CULTURA PELA DESAPROVAÇÃO DO PROJETO. MATÉRIA JÁ DISCIPLINADA PELA LEI ESTADUAL Nº 14.603/2004 QUE DISPÕE QUE TODOS OS PODERES PÚBLICOS DO ESTADO DEVERÃO ATENDER AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2011 QUE DISPÕE SOBRE A PUBLICIDADE DOS ATOS PRATICADOS NO ÂMBITO DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DOS MUNICÍPIOS. MATÉRIA JÁ DISCIPLINA, ÔBICE AO ART. 7º, IV, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98. INCONSTITUCIONALIDADE. ILEGALIDADE. NÃO APROVAÇÃO.

Concedido Vistas ao
Senhor Deputado
Tadui
Em, 15, 12, 2011
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, objetiva estabelecer Normas para a Publicidade dos Atos, Programas, Obras, Serviços e Campanhas do Poder Executivo e Legislativos do Estado do Paraná e da outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes observada a competência específica:
§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:
- emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O objeto deste projeto de lei - estabelecer Normas para a Publicidade dos Atos, Programas, Obras, Serviços e Campanhas do Poder Executivo e Legislativos do Estado do Paraná e da outras providências - apesar de elevado conteúdo social, este projeto não poderá lograr êxito, por estar



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

eivado de vícios de inconstitucionalidade, já que existem leis que normatizam a publicidade, como a Lei Estadual 14.603/04, sendo que:

Art. 1º. Todos os atos dos poderes públicos do Estado do Paraná, deverão atender ao princípio da publicidade, respeitando de forma transparente e clara para qualquer consulente, a origem, sua destinação e os fundamentos pelos quais, foram produzidos, ressalvados os documentos gravados com sigilo previstos em lei.

Art. 2º. Os atos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais atos privados previstos em lei, serão obrigatoriamente publicados no Diário Oficial do Estado, e no site oficial do Estado do Paraná na internet.

No que tange a informação trimestral dos gastos com a publicidade, essa deverá ser prestada anualmente ao Tribunal de Contas da União, e essa é uma das obrigações do Governador, e está prevista constitucionalmente, senão vejamos:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

Conforme a Lei Complementar N. 137/11, vigente no Estado do Paraná, os municípios também terão que se adequarem para atender o princípio da publicidade, e dar total transparência aos atos por ele realizados:

Art. 1º Nos termos dos §§ 1º e 2º e do inciso II, do § 4º, do artigo 27 da Constituição Estadual, todos os



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

atos dos poderes públicos municipais deverão atender ao princípio da publicidade de modo a permitir que qualquer consulente saiba sua origem, destinação e os fundamentos pelos quais foram produzidos.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos documentos que, nos termos da Lei, sejam gravados com sigilo.

Art. 2º Para efeito do disposto no *caput* do artigo 1º, os atos oficiais deverão ser veiculados, obrigatoriamente, por:

I - meio eletrônico, junto ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado;

II - mídia impressa.

(.....)

O presente projeto de lei foi encaminhado à Secretaria de Estado da Cultura, e esse através de seu Assessor Jurídico, manifestou-se sobre o mesmo, aduzindo que o projeto é materialmente inconstitucional por violar o princípio da economicidade.

Fere o princípio da economicidade, pois determina que conste nos comunicados oficiais o custo da publicidade veiculada, acarretando assim custos adicionais ao erário estadual.

É inconstitucional o projeto em questão, pois ignora totalmente a autonomia dos municípios. Não há qualquer relação de subordinação dos municípios ao Governo Estadual ou Federal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Na mesma esteira, temos o parecer nº 036/2011 oriundo da Secretaria da Comunicação Social que alega inconstitucionalidade do projeto de lei em tela.

Vislumbra-se, portanto, que o projeto de lei apresentado pelo legislador estadual acaba por interferir em matéria de competência municipal, violando o princípio da economicidade, tornando o mesmo **INCONSTITUCIONAL**.

Por fim, o projeto de lei em análise encontra óbice no artigo 7º, IV, da **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**, que dispõe sobre a elaboração legislativa, uma vez que busca legislar sobre assunto já disciplinado por lei federal, senão vejamos:

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

(...)

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.



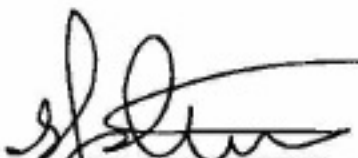
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

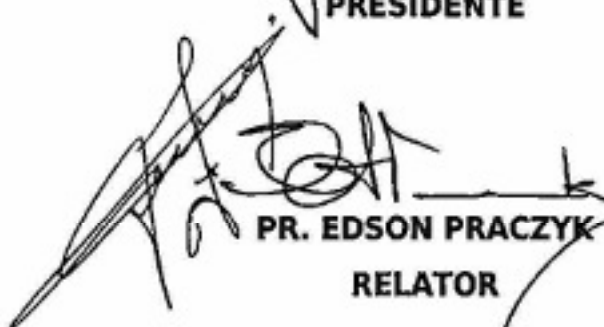
CONCLUSÃO

Diante do exposto, em sede de análise prévia, opina-se pela **NÃO APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **INCONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK
RELATOR





















Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ.

PROJETO DE LEI N.º 782/2011.

Recorrido, 15/2/12
Rodrigo Melo
Coord. Jurídico
CCJ

EMENTA: Estabelece normas para a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas do Poder Executivo e Legislativo do Estado do Paraná e dá outras providências.

A Deputada que o presente subscreve, vem, com o respeito de costume perante Vossa Excelência, inconformada com a aprovação do parecer contrário por meio do voto em separado ao Projeto de Lei em epígrafe do Deputado Pastor Edson Praczyk, interpor **RECURSO** requerendo, pois, a juntada das razões em anexo e seu normal processamento.

Termos em que,
Pede deferimento.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2012.


LUCIANA RAFAGNIN
DEPUTADA ESTADUAL

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4067 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianant.org

15/02
Kong



RAZÕES DE RECURSO

O parecer pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei n.º 782/2011, aprovado por esta Comissão de Constituição e Justiça, através do voto em separado, deve ser reformado eis que absolutamente contrário aos mais comuns e elementares princípios de direito, conforme demonstraremos a seguir:

BREVE INTRÓITO

Em 27 de setembro de 2011, esta Deputada deu entrada no Projeto de Lei n.º 782/2011 que visa estabelecer normas para a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas do Poder Executivo e Legislativo do Estado do Paraná.

Acontece, porém, que o relator do presente projeto, ao exarar o seu parecer que foi aprovado na última sessão desta Comissão, alega que o projeto é materialmente inconstitucional por existir lei que normatiza a publicidade, por já haver previsão constitucional de informação ao Tribunal de Contas e por violar o princípio da economicidade, o que desde já se rebate pelos motivos e fatos a seguir.

DA APROVAÇÃO DO PRESENTE RECURSO

É inaplicável no presente caso a vedação constante no parecer exarado pelo relator na Comissão de Constituição de Justiça.

Preliminarmente, se faz necessário esclarecer que, a essência da proposição ora analisada é a informação direta e “em tempo real”, do custo de cada anúncio publicitário dos órgãos públicos, diferentemente da publicação dos atos públicos em meios oficiais, consagrado como princípio constitucional da publicidade e já normatizado em diversos diplomas legais.

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-900
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianarafagnin.org



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Ora, de plano se discute a alegação que o presente projeto *"não poderá lograr êxito, por estar eivado de vícios de inconstitucionalidade, já que existem leis que normatizam a publicidade, como a Lei Estadual 14.603/04"*, explica-se:

A referida Lei Estadual reporta-se apenas aos atos dos poderes públicos do Estado do Paraná, para que estes respeitem o princípio da publicidade, sendo de fácil acesso a todos aqueles que se interessem em consultar os referidos atos e a sua publicação em diário oficial.

Doutrabanda, o presente projeto de lei disciplina em seu artigo 1º especificamente que, das publicidades não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades e servidores públicos do Estado.

O artigo 2º do referido projeto de lei, também segue na linha de especificidade, quando sugere que o custo de qualquer produção, veiculação e publicação de material publicitário seja divulgado independente do meio utilizado.

Em tempo, o § 1º do art. 2º, ainda disciplina que em determinadas formas de publicações deverão constar o CNPJ/CPF do responsável pela publicação assim como a tiragem.

Ou seja, os temas apresentados pelo presente Projeto de Lei n.º 782/2011 não estão contemplados na Lei Estadual 14.603/04, portanto não há que se falar que *"já que existem leis que normatizam a publicidade"* como alegado pelo relator!

Quanto as informações prestadas pelo Governador ao Tribunal de Contas da União, previstos constitucionalmente, estas não interferem no presente projeto de lei, uma vez que o Tribunal de Contas fará uma análise técnica dos gastos com publicidade no respectivo período.

Já o Projeto de Lei n.º 782/2011 pretende oferecer melhores informações de interesse público direto. A própria CRFB já estabelece, em seu art. 5º, inciso XXXIII, *que todos têm direito a receber*

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapf.org



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.

Aduz ainda o relator que o projeto é *"materialmente inconstitucional por violar o princípio da economicidade"* *"acarretando assim custos adicionais ao erário estadual"*, o que não é verdade.

Pergunta-se: Qual é o gasto a mais que órgão público terá em apenas informar nas publicidades o CNPJ/CPF e a tiragem na própria publicação?

Nenhum! Visto que, a novidade trazida pela presente proposta nada mais é do que a inclusão de uma pequena frase ao final de cada divulgação sobre serviços e campanhas dos poderes públicos, contendo os dados elencados no corpo deste projeto, ora em análise, sendo essencialmente referentes ao custo das publicações.

Ou seja, tão somente irá informar de uma melhor e mais transparente forma o uso do dinheiro público e ainda qual ente estará promovendo a referida publicidade.

O objetivo, da ora proponente, seria dar mais transparência às contas públicas, analogamente à legislação eleitoral, que obriga os candidatos a uma função pública eletiva, a divulgar os gastos com propaganda e campanhas publicitárias, devendo constar em cada panfleto, por exemplo, a tiragem e o valor do material.

Diante de todo o exposto, requer a signatária seja o presente RECURSO processado por esta Comissão de Constituição e Justiça, e que seja designado Relator o mais breve possível.

Requer finalmente ao Relator da matéria, seja exarado parecer favorável ao presente RECURSO, bem como a aprovação pelo plenário desta Comissão, para que o Projeto de Lei em apreço siga sua tramitação normal, até ulterior aprovação no Plenário desta Casa de Leis.

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Termos em que,
Pede deferimento.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2012.


LUCIANA RAFAGNIN
DEPUTADA ESTADUAL

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapl.org



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO RECURSO DO PROJETO 782/11

Projeto de Lei nº.: 782/11

Autor(es): **Deputada Estadual Luciana Rafagnin**

1. DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto pela Excelentíssima Deputada Luciana Rafagnin em razão do parecer contrário proferido pela Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei 782/11, no dia 14 de fevereiro de 2012.

Naquela oportunidade, o Projeto foi julgado inconstitucional por violar o princípio da economicidade, bem como por afrontar a Lei Complementar 95/98, a qual veda em seu art. 7º, IV, que uma mesma matéria seja disciplinada por duas leis, no caso em tela, há um embate entre o Projeto de Lei em análise com lei federal.

Em decorrência desse julgamento, que declarou o Projeto como inconstitucional, a Deputada Estadual Luciana Rafagnin se insurge, provocando novo pronunciamento por parte da Comissão de Constituição e Justiça.

2. DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, o recurso ora em análise foi interposto de forma tempestiva, portanto deve ser conhecido e analisado novamente pela Comissão de Constituição e Justiça.

A publicação da decisão proferida pela Comissão de Constituição e Justiça foi publicada no Diário Oficial da Assembleia Legislativa no dia 17 de fevereiro de 2012, sendo que o recurso foi protocolado no dia 15 de fevereiro de 2012, portanto dentro do prazo regimental de 3 (três) dias úteis.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

3. DO MÉRITO


No que tange ao mérito, a recorrente não apresenta qualquer fato novo, apenas e tão somente ressalta a importância do projeto apresentado por ela Deputada; em momento algum apresenta solução para a inconstitucionalidade apresentada do Projeto 782/11.

Em função dos vícios apresentados permanecerem enraizados ao Projeto, não resta outra alternativa senão de confirmar a decisão da Comissão de Constituição e Justiça proferida no 14 de fevereiro de 2012, ou seja, declará-lo inconstitucional nos exatos termos do parecer proferido anteriormente.

4. CONCLUSÃO

Com base em todo o exposto acima, conheço do presente recurso pois tempestivo, porém quanto ao mérito nego provimento, mantendo a decisão pela inconstitucionalidade do Projeto 782/11.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2012


NELSON JUSTUS
Presidente


CESAR SILVESTRI FILHO
Relator